

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Ultima Hora

Class.: AM-Desmatafo

Data 29.12.78

Pg.: 13

Cientistas gritam pela Amazônia

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Paulo Berutti, confirmou a possibilidade e exploração de madeira na Amazônia, através da iniciativa privada. Não confirmo, entretanto, a expressão "contratos de risco", alegando que quem vai dar nome à transação é o Governo.

Enquanto isso, os cientistas mineiros exigiam ontem "um amplo debate técnico, científico e político" sobre a questão levantada por Berutti como "a melhor solução surgida até hoje para retirar da Amazônia a madeira comerciável sem destruir a mata".

O professor José Eustáquio Teixeira, da UFMG, disse que "a Amazônia é um assunto muito sério para dele encarregarem-se o IBDF e o Ministério da Agricultura. A Amazônia não é só sua madeira, nem suas áreas de vegetação mais pobre. A Amazônia é um todo, que envolve problemas de múltipla natureza. (...) Tocar em alguma coisa ali é comprometer todas, se não agirmos com prudência técnica e cautela política."

Os cientistas apontaram o clima de sigilo que envolve o projeto, como irresponsabilidade das autoridades que ora o desmentem, ora o confirmam, voltam a desmenti-lo para, finalmente, confirmá-lo quase como um ponto de honra da atual administração. Assim o entendem, diante da declaração do ministro Alisson Paulinelli de que não deixará o governo sem que se efetivem os estudos para "os contratos de risco", e frente à entrevista de ontem do presidente do IBDF.

Os entrevistados consideram as novas declarações de Paulo Berutti, como manobra de diversão. Continuam certos de que o propósito é ainda o de entregar a Amazônia à exploração estrangeira, para que seja saqueada e transformada em deserto.

Os cientistas "estranharam", também, que o projeto de investigação ecológica da Amazônia tenha sido divulgado primeiro nos Estados Unidos, advertindo para o perigo e prejuízo para o País, se da execução do projeto estiverem ausentes cientistas nacionais.

Para o presidente do Centro Mineiro de Conservação da Natureza, Hugo Werneck, é também curioso "que o projeto tenha sido anunciado imediatamente depois da grita nacional contra a devastação da Amazônia a pretexto de pagamento de nossa dívida externa. Quanto às declarações de Paulinelli e do presidente do IBDF, acho que ou o governo está conivente com a destruição da Amazônia e agora resolveu legitimar a coisa através do contrato de risco, ou então ele não tem conhecimento do que se passa lá e, neste caso, perdeu o controle do território nacional."

Hugo Werneck afirma que ambas as hi-

póteses falam com que o governo fosse incurso na Lei de Segurança Nacional, "pois se trata de um problema de soberania da Nação. Isto não são contratos de risco, mas de certeza: certeza de devastação, de destruição, certeza de dilapidação do patrimônio nacional."

Comentando o fato de o projeto Jari ser, hoje, um dos responsáveis principais pela devastação na Amazônia e ao mesmo tempo o líder do déficit na balança comercial do Brasil, o professor Werneck disse que "Ludwig não é um cidadão brasileiro, mas tem acesso à cozinha do planalto".

VAI E VEM

O presidente da Comissão de Ecosistema de Política Ambiental (COPAM) e, ainda, presidente da Sociedade Mineira de Biologia, professor Celso Valle, comentando o sigilo que vem envolvendo os planos do IBDF, afirma parecer-lhe "que o plano tem todas as características de um novo 'pacote'".

— "Qualquer projeto — continuou o cientista — em relação à Amazônia é um assunto muito sério para ser tratado debaixo do plano. Qualquer projeto — continuou o cientista — em relação à Amazônia deve ser colocado à Nação e em aberto, para amplo debate entre os brasileiros, para amplo debate no Congresso Nacional, e entre os cientistas nacionais e estrangeiros."

Celso Valle acredita que um desmate indiscriminado terá resultados imprevisíveis, que só poderão ser avaliados pelas gerações futuras. Além disso o cientista ressalta que: "de tudo o que foi dito até agora, uma coisa ficou clara: por trás de tudo há o interesse de atender às conveniências das multinacionais. Inclusive o de facilitá-las na questão da dívida externa e interna, dívida que elas mesmas criaram no Brasil, forçando-nos a comprar rádios, TV a cores, carros e outros produtos, sem os quais poderíamos estar vivendo tranquilamente".

DESTRUIÇÃO DAS TRIBOS

O antropólogo Romeo Sabara adverte que, com a introdução de alterações no modo de produção, as sociedades indígenas sofrerão mudanças que podem "destruir o sistema tribal": os atos de trabalho dos índios estão, evidentemente, condicionados à vida na floresta e não no cerrado, que será seu novo "habitat", já que a floresta será destruída. Assim os índios terão que "adquirir" novos hábitos e mudar suas atividades econômicas, ou seja, as atividades de sobrevivência."

"Em consequência, — continuou o professor — a mudança na tecnologia e no nível econômico determinará mudanças na organização social e ideológica do indígena e sua cultura será totalmente destruída. É claro

que mais cedo ou mais tarde o índio será "emancipado". Enquanto existir o sistema capitalista, com sua cupidez característica, o índio corre perigo. O capitalismo conseguirá de uma ou outra forma, burlar as leis e o povo, e "emancipá-los", para tirar proveito das terras indígenas".

DESESPERO DE CAUSA

Para o antropólogo, os projetos do IBDF configuram uma situação de "desespero de causa" do chamado modelo brasileiro. O sigilo que tem envolvido esta e outras questões, e o fato de que o governo não as tenha colocado em amplo debate nacional, são, para o cientista mineiro, razão fundamental do "sucesso da manutenção do atual modelo econômico".

O ex-secretário, e atual conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, professor Angelo Machado, que vem desenvolvendo estudos sobre o medo que o ser humano tem pelas florestas, disse que "é um absurdo querer o governo corrigir as falhas do modelo econômico, destruindo e vendendo às multinacionais o maior fenômeno biológico ainda existente no Universo: A Floresta Amazônica".

O cientista adverte para o perigo de desertificação da região amazônica, referindo-se à pressa com que Paulo Berutti quer promover o desmate da Hiléia, e sentencia: "na natureza, as coisas às vezes se fazem rapidamente, e quando isso acontece, os resultados quase sempre são catastróficos".

ANGELO MACHADO vai mais longe em sua análise sobre os "contratos de riscos" para exploração da Amazônia, lembrando a insistência do governo em emancipar os índios, "pois para devastar cerca de 20 por cento da floresta, teria obrigatoriamente de promover a emancipação do índio, favorecendo a penetração das multinacionais. Daí, inclusive, o presidente ter se negado a receber os chefes indígenas que foram pedir providências para a demarcação de suas terras."

Ecólogos e ornitólogos do Instituto de Ciências Biológicas do UFMG, contestam o plano do IBDF na medida em que consideram o órgão sem fundamentação científica para propor a exploração racional da floresta, "pois o IBDF até hoje não fez cumprir as leis florestais existentes."

José Rabelo Freitas, ecólogo e professor na UFMG, é de opinião que o governo explore a madeira da área que será inundada pela represa de Tucuruvi, mas não que isso sirva de experiência para a exploração de toda a região, como exploram a floresta amazônica deveriam trabalhar com a assessoria de cientistas dos vários ramos da ecologia, até antropólogos e sociólogos".